

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****SUPRAM NORTE DE MINAS - Diretoria Regional de Controle Processual****Parecer nº 4/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRCP/2021****PROCESSO Nº 1370.01.0005328/2021-71****ANEXO DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES VINCULADO AO PARECER ÚNICO Nº 0178086/2020**

INDEXADO AO PROCESSO:		PA COPAM:		SITUAÇÃO:	
Licenciamento Ambiental		50229/2004/003/2019		Deferimento	
FASE DO LICENCIAMENTO:		Revalidação Licença de Instalação (RevLI)		VALIDADE DA LICENÇA: 6 anos	
EMPREENDEDOR:		Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF)		CNPJ:	00.399.857/0001-26
EMPREENDIMENTO:		Projeto Hidro-Agrícola Jequitaiá		CNPJ:	00.399.857/0001-26
MUNICÍPIO:	Jequitaiá-MG			ZONA:	Rural
COORDENADAS UTM (DATUM/FUSO): WGS 84/23K		Y:	565853	X:	8090846

LO LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:

() INTEGRAL () ZONA DE AMORTECIMENTO (X) USO SUSTENTÁVEL () NÃO

BACIA FEDERAL:		Rio São Francisco	BACIA ESTADUAL:		Rio Gorutuba
UPGRH:	SF10-Bacia do Rio Verde Grande		SUB-BACIA: Rio Gorutuba		
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):				CLASSE
G-05-02-0	Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura. Área Inundada: 9.100 hectares.				6
EQUIPE INTERDISCIPLINAR			MATRÍCULA	ASSINATURA	
Marco Túlio Parrela de Melo – Analista Ambiental (Gestor)			1149831-8		
Rafaela Câmara Cordeiro – Gestora Ambiental / Jurídico			1.364.307-7		
De acordo: Sarita Pimenta de Oliveira – Diretora Regional de Apoio Técnico			1.457.576-1		
De acordo: Yuri Rafael de Oliveira Trovão – Diretor de Controle Processual			0449172-6		

Referência: Processo SEI nº 1370.01.0005328/2021-71

Assunto: Resposta ao ofício 183/2021/PR/GB e anexos (documento SEI! nº 27418800)

Considerando o pedido de prorrogação para execução do programa de assistência Social (PAS), constante da condicionante nº 03, do parecer único de renovação de licença de instalação (Processo nº).

Considerando que o prazo de cumprimento da referida condicionante é durante todo o prazo de vigência da licença.

Considerando que o pedido de prorrogação de prazo da condicionante obedeceu às exigências do art. 29 do Decreto 47.383/2018, sendo o requerimento fundamentado, e ainda durante o prazo de cumprimento estabelecido no Parecer Único nº 0178086/2020.

Considerando a situação de calamidade pública imposta pandemia de COVID-19, a qual dificulta a execução do plano de assistência social, notadamente aquelas cujas ações se dão de forma exclusivamente presencial.

Considerando a alegação de que a Ruralminas, antiga detentora do contrato do PAS, por meio de termo de compromisso, foi extinta e suas obrigações transferidas à SEAPA que, por dificuldades financeiras e de execução está sub-rogando o referido termo de compromisso ao instituto de desenvolvimento do norte e nordeste de minas (IDENE).

Considerando, por fim, que, consoante art. 29, §1º do Decreto 47.383, a prorrogação do prazo para o cumprimento da condicionante é decidida pela unidade responsável pela análise do licenciamento ambiental.

A equipe técnica da SUPRAM NM concorda com a **prorrogação do prazo de execução do PAS na condicionante nº 3 do PU nº 0178086/2020**, pelo período de 6 meses, de modo a se evitar atendimentos presenciais durante a essa fase mais crítica da pandemia, dada toda de situação de calamidade já conhecida, bem como a efetivação da sub-rogação do contrato ao IDENE.

Em que pese essa prorrogação o empreendedor deverá manter, dentro de suas possibilidades e ainda considerando a DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 141, DE 24 DE MARÇO DE 2021, um canal com a sociedade para prestar informações e dar assistência aos atingidos pela barragem.



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Camara Cordeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 30/03/2021, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 31/03/2021, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Tulio Parrela de Melo, Servidor(a) Público(a)**, em 31/03/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27490713** e o código CRC **EAFF551C**.